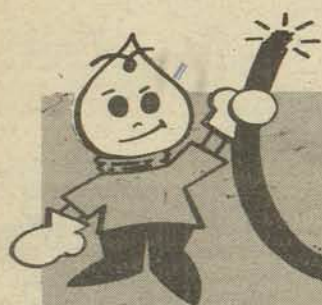




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 176 30/04/92

EDIÇÃO ESPECIAL COM 8 PÁGINAS

Perdas e danos

Em um gesto patético, o presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, disse que vai ajuizar uma ação para cobrar do presidente do Sinergia, Mauro Passos, os gastos que a Eletrosul teve para expor sua posição sobre as denúncias, feitas pelo senador Eduardo Suplicy, envolvendo a compra de ações da SADE pela Fundação ELOS e os contratos de Jorge Lacerda IV.

Como seria se a sociedade resolvesse cobrar as "perdas e danos" que ela sofre com casos de obras sem licitação e superfaturamentos?

LEIA NESTA EDIÇÃO

☐ A proposta de Collor para manter o arrocho salarial
Página 2

☐ A confusão de Esperidião Amin sobre os escândalos da Eletrosul
Página 6

☐ Como ficaram as perdas na Celesc
Página 2

Primeiro de maio unificado CONTRA COLLOR

**Manifestação unificada será em Joinville.
Caravanas sairão de todos os pontos
do estado para dizer "não ao governo".**

Trabalhadores de todo o estado de Santa Catarina estarão reunidos em Joinville amanhã, dia 1º de maio, para dizer "não ao governo Collor". O Dia do Trabalhador será marcado por atos semelhantes promovidos em todo o país pela CUT. Em SC, a expectativa da central é de reunir mais de 20 mil pessoas na manifestação.

As bandeiras principais das atividades do Dia do Trabalhador são: 147% já, SOS salário mínimo, reforma agrária, não à dívida externa e ao FMI, basta de corrupção, e em defesa dos serviços públicos e das estatais. As regionais da CUT em todo o estado estão promovendo caravanas de ônibus para Joinville, com a intenção de repetir o volume da manifestação do ano passado, em Criciúma, que reuniu dez mil pessoas.

Os atos de Primeiro de Maio terão a preocupação especial de manifestar a posição dos trabalhadores quanto ao novo valor do salário mínimo e à nova política salarial (veja matéria na página 8), questões que se encontram em discussão no Congresso Nacional. Em Joinville, as atividades começarão às 15 horas, com culto ecumênico na Praça da



Bandeira, e contarão com a presença de lideranças sindicais, políticas e dos partidos de oposição, inclusive o deputado federal e ex-candidato a presidente Roberto Freire (PPS). O ato público terminará com o show do cantor e compositor Zé Ramalho.

Os eletricitários que desejarem participar do ato de Joinville devem entrar em contato com o sindicato para assegurar transporte gratuito até o local da manifestação.

Intersul realiza seminário de avaliação

A Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - Intersul realizou nos dias 22, 23 e 24 de abril um seminário de avaliação e planejamento das atividades. Muitos debates importantes

marcaram o evento. O decreto 409, a reforma ministerial, o perfil dos eletricitários, o plano de ação e atuação sindical, entre outras questões fundamentais. Coordenado pela

secretaria de Formação Sindical do Sinergia, o seminário contou com presenças importantes, como a do economista Eduardo Scaletski, do Dieese e do deputado federal Raul Pont

(PT-RS).

Nesta edição especial, o **Linha Viva** traz um panorama do seminário e entrevistas com os principais painelistas.

CONTAS DO SINERGIA

BALANÇO PATRIMONIAL APURADO EM 31/12/91

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

DISPONIBILIDADES

BANCOS CTAS. SINERGIA

CEF. Cta. Movto. 99-6	8.079.011,85
CEF Cta. Movto. 248-0	5.434,55
CEF. Cta. 99-6 Fundo Aplic.	4.965.157,13
CEF Cta. Poupança 29007-0	7.092,08
CEF Cta. Poupança 31880-2	2.506.642,38
CEF Cta. Poupança 49660-3	17.169.723,89
CEF Cta. Poupança 49659-0	11.240.149,07
CEF Cta. Poupança 26800-7	23.114.469,81
CEF Cta. Poupança 50325-1	18.802.387,12
CEF Cta. Poupança 51183-1	13.418.852,64
CEF Cta. Poupança 51355-9	2.139.290,07
CEF S/A Cta. 535-3 NCZS	4.461.635,52
CEF S/A NCZS Cta. 221-9	1.006.250,60
CEF Cta. Movto. 3300002219	571.803,58
CEF S/A Cta. Movto. 711-7	132.053,44
CEF S/A Cta. 711-7 Aplic.	2.677.827,55
CEF S/A Cta. Poup. 54899-2	15.838.253,28
CEF S/A Cta. Poup. 5002303	30.257.379,92
CEF Cta. Movto. 32000535-0	<u>2.144.136,55</u>
	158.537.551,03

BANCOS CTAS. INTERSUL

CEF Cta. Movto. 2112-4	468,37
CEF. Cta. 2112-4 F. Aplic.	9.702.235,50
CEF Cta. Movto. 43160708-7	336.468,76
CEF S/A NCZS Cta. 1607081	<u>2.691.750,11</u>
	12.730.922,74
	171.268.473,77

CONTAS A RECEBER

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Emp. Entid. Sind. p/Sinerg	11.126.080,00
	11.126.080,00

SALÁRIOS SINDIC/DIRETOR

Salários Pg. p/Sinergia	23.155,96
Salários Pg. p/Intersul	<u>19.360.985,61</u>
	19.384.141,57

ATIVO CIRCULANTE

ATIVO PERMANENTE

INVESTIMENTOS

INTANGÍVEIS

Formação Sindical	<u>1.079.540,00</u>
	1.079.540,00
	1.079.540,00

IMOBILIZADO

APLICAÇÃO DE CAPITAL

Imóveis	1.888.221,14
Mobiliário e Instalações	1.504.753,61
Biblioteca	311.428,03
Máquinas de Escritório	94.418,94
Telefones	793.561,60
Equipamentos	4.345.592,40
Benfeitorias	<u>3.244.406,91</u>
	12.182.382,63
	<u>12.182.382,63</u>

ATIVO PERMANENTE

TOTAL ATIVO

215.040.617,97

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES A PAGAR

EMPRÉSTIMOS RECEBIDOS

Emp. de Ent. Sind. p/Inters.	<u>17.500.000,00</u>
	17.500.000,00
	<u>17.500.000,00</u>
	17.500.000,00

PASSIVO CIRCULANTE

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO SOCIAL

Patrimônio Social	<u>28.586.646,82</u>
	28.586.646,82

REAVALIAÇÕES

Reavaliações de Imóveis	<u>999.996,81</u>
	999.996,81

RESULTADO DO PERÍODO

Superávit do Período	<u>167.953.974,34</u>
	167.953.974,34
	<u>197.540.617,97</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

215.040.617,97

TOTAL PASSIVO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/91

CONTAS DE RESULTADO

TOTAL DAS RECEITAS

RECEITAS SINERGIA

MENSALIDADES ASSOCIADOS

CELESC

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DIVERSOS

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Poupança

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

COMISSÕES S/ Seguros

JUROS DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERSUL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta. Corrente

RENDIMENTOS Cta. NCZS

DIVERSOS

RECUPERAÇÃO DE DESPESAS

OUTRAS

RECEITAS INTERCEL

CONTRIB. CONFEDERATIVA

CELESC

JUROS S/ APLICAÇÕES

RENDIMENTOS Cta

Intersul quer atuar com o movimento popular

Durante três dias 20 sindicalistas, representando seis sindicatos da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - Intersul, participaram do Seminário de Avaliação e Planejamento que aconteceu em Florianópolis. As discussões trataram desde o Decreto 409 até a reforma ministerial, passando pelo perfil da categoria eletricitária, pela ação sindical da Intersul e novas formas de luta.

Entre as principais resoluções estão uma arrancada para estreitar a relação dos sindicatos com a sociedade civil e uma ampla discussão em toda a base sobre o modelo institucional do setor elétrico, denunciando os reflexos negativos do decreto 409 (veja matéria na página central).

Para cumprir este objetivo, os sindicatos buscarão um relacionamento efetivo com associações de bairro e outras organizações populares, discutindo questões como tarifas de energia e administração de empresas públicas. Com estas entidades, os sindicatos deverão ter ação conjunta junto ao Legislativo na defesa de interesses populares.

PERPLEXO - Outro ponto debatido foi o perfil da categoria. A constatação é de um clima de perplexidade entre os eletricitários, que estariam confusos diante do discurso neo-liberal, alimentado expectativas de melhorias dentro das empresas após a reforma administrativa. Para reverter este quadro, o seminário apontou um amplo de-



Seminário propôs novo ritmo para a Intersindical

bate político como solução. Tal debate terá como eixo a situação do setor elétrico e seu modelo de desenvolvimento.

Para subsidiar este debate, cada sindicato formará comissões de eletricitários para discutir este assunto e fazer proposições, no sentido de dar

mais corpo e substância ao projeto de setor que está sendo defendido pelo Comando Nacional dos Eletricitários.

Além disso serão tomadas algumas medidas administrativas para agilizar a troca de informações e experiências entre os sindicatos da Intersul.

Sem negociar, Celesc reajusta salários e mantém defasagem

Unilateralmente a Celesc resolveu incrementar em 42% a massa salarial da empresa. Na verdade a Celesc pagou aos empregados as perdas do quadriestrem outubro/91-janeiro/92, só que na folha de abril. Com isso os eletricitários permanecem com perdas que variam de 57,1% (maior salário) a 36,2% (menor salário), segundo cálculos do Dieese.

Apesar dos esforços da Intersindical dos Eletricitários, não houve nenhuma negociação no processo. "Quando fomos para discutir a nossa pauta de reivindicações e negociar recebemos uma resposta seca do presidente, um comunicado com a decisão, um total desrespeito", relata Arno Cugnier, diretor do

Sinergia. Na Pauta - que permanece sem resposta - constam as seguintes reivindicações: reposição das perdas desde a data-base, reajustes mensais até a data-base, reintegração dos demitidos e participação da Intersindical nas negociações sobre o Plano AMHOR.

Para a Intersindical o mais grave - além do desrespeito com os sindicatos e os empregados - é que os empregados da Celesc continuam sem uma política salarial. "Vamos chegar na data-base mais uma vez com uma perda enorme, o que faz com que as discussões fiquem muito em torno de salário e não de outras questões importantes", lamenta Isaltino Pedron, presidente do Sindicato dos Eletricitários do Vale do Itajaí.

As assembleias que discutiram a decisão da Celesc em todo o estado foram numerosas. Como não se tratava de aprovar uma contraproposta da empresa, a categoria a provou uma

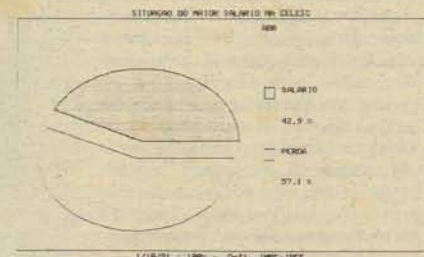
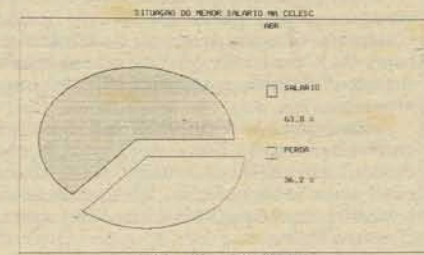
carta ao presidente da Celesc propondo a abertura de negociações em torno da pauta de reivindicações.

Os sindicatos avaliam que a participação da categoria foi importante para que a Celesc concedesse alguma reposição. "A indignação da categoria ficou clara nas assembleias e reuniões por local de trabalho que realizamos, e a empresa percebeu a disposição dos eletricitários de comprarem uma briga se necessário", ilustra Aramis Novaes, presidente do Sindicato dos Eletricitários do Norte de SC.

A preocupação da empresa com o clima crescente de mobilização ficou estampado no rosto de alguns "negociadores" quando sindicalistas comentaram a possibilidade da realização de uma concentração na sede da empresa durante a última reunião de "negociação".

Para a Intersindical, manter um clima de mobilização é coisa fundamental neste momento. "Vamos tentar novas negociações e em breve começam os preparativos para a data-base. Se a gente não estiver com os tambores bem aquecidos, prontos para botar o bloco na rua poderemos nos dar mal", alerta Arno Cugnier.

Salários perdem para a inflação



Muita gente participou da assembleia de Florianópolis

O Estado brasileiro faliu

Eduardo Scaletski, economista que há dois anos estuda a questão das estatais brasileiras num projeto de colaboração entre a Universidade Rural do Rio de Janeiro e DIEESE participou do seminário da Intersul, na semana passada, falando a respeito da participação do Estado na economia. Ele analisou esta participação até hoje e o que está sendo redesenhado a partir de agora para o futuro. O Linha Viva entrevistou o pesquisador sobre sua proposta de avanço para um discurso anti-liberal.

Qual é o princípio básico desta sua idéia de um discurso anti-liberal?

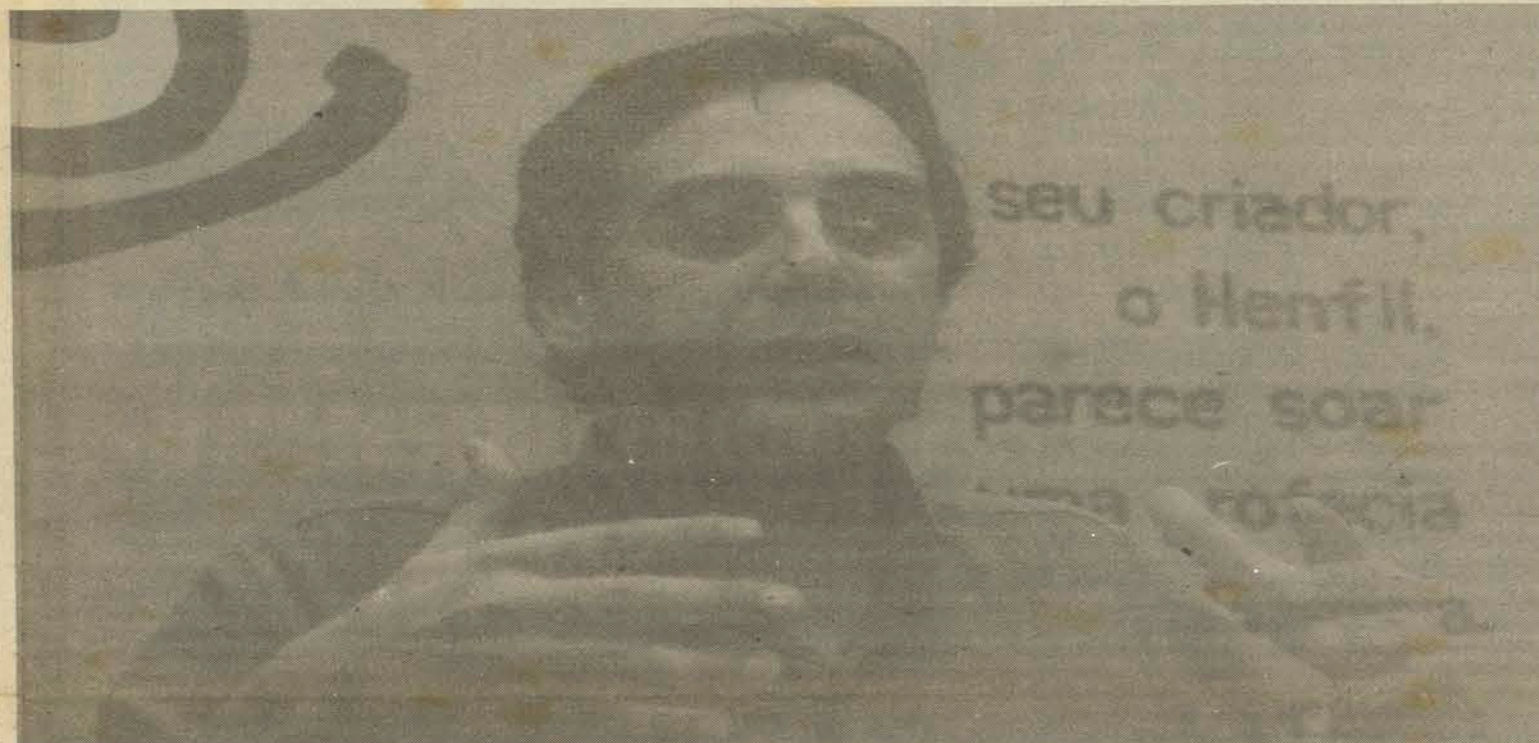
Eduardo Scaletski - O objetivo é tirar o debate desta polarização de privatiza e não privatiza. Para isto temos que analisar porque o discurso neo-liberal está se sobressaindo, pois a gente não está conseguindo se contrapor. Nós temos no Brasil um Estado que sempre foi desfavorável para o trabalhador. O Estado ajudou a concentração de renda, em nenhum momento privilegiou as questões sociais, de renda e de assistência pública. Este Estado marginalizou grande parte da população da participação política e da economia - temos cerca de 70 milhões de pessoas praticamente excluídas do mercado formal de trabalho. Então a gente se pergunta: como é que justamente aqueles que mais se beneficiaram das benesses do Estado, os neo-liberais e liberais, agora apropriam-se da crítica ao Estado? Os trabalhadores que deveriam ser, e na verdade são, mais críticos ao Estado que existiu e está aí, perderam a bandeira de crítica e agora, empurrados pelo discurso neo-liberal, defendem um Estado que nunca foi favorável a eles. Então como é que se critica isto sem cair no discurso neo-liberal e se aponta para um novo tipo de participação do Estado na economia?

Seria basicamente um Estado com perspectiva social?

ES - Seria um Estado distributivo, que teria um novo padrão de desenvolvimento - não concentrador de renda - mas distribuidor da renda nacional. O Estado seria voltado para as políticas sociais.

Como se chega lá?

ES - Temos que partir de alguns fatos. O Estado está quebrado. Hoje ele não favorece nem a acumulação de capital e muito menos está voltado para políticas sociais. Assim a primeira questão é como vamos arrumar isto. A gente aponta alguns itens. Por exemplo, uma mudança da política fiscal. Mudar como o Estado arrecada e de quem arrecada, como gasta e para quem gasta. Pode ser feita uma reforma profunda do Imposto de Renda tributando progressivamente, o imposto patrimonial, acabar ou reduzir os impostos indiretos, discutir as propostas existentes como a do



Scaletski acredita que o movimento sindical precisa reciclar seu discurso anti-liberal

senador Suplicy (renda mínima, ou imposto de renda negativo) e outras. Hoje o Brasil gasta cerca de 6% do PIB com políticas sociais tipo ticket do leite, cesta básica, programas assistenciais corruptos e clientelistas, que não atingem o objetivo. Então porque não pegar esta renda e dar em dinheiro para as populações de baixa renda? Estas e outras propostas deste tipo são possíveis, como um política justa para o salário mínimo. Ao discutir isto estaríamos caminhando em direção a esta definição: vamos gastar isto diretamente com as populações de baixa renda.

E de quem arrecadar?

ES - Com Imposto de Renda, pessoa física, tributando forte. Não da classe média - porque hoje a estimativa é que mais ou menos três milhões de pessoas pagam o imposto de renda. Sobre estas não adianta aumentar a carga tributária. Tem que se tributar as grandes fortunas que não pagam impostos. Tem que se tributar mais forte o campo. Não o campo produtivo, mas o improdutivo. Na Itália a reforma agrária foi feita em cima de tributos. Fizeram um estudo técnico da produtividade média do campo. Com isto se calcula que um pedaço de terra pode render tantas toneladas por hectare. Se o proprietário não atinge esta produtividade azar o dele. Terá que pagar sobre esta média. Quem não produzir também paga e em menos de dez anos perde a terra. Quem produz além disso, tudo bem, fica com o excedente.

Os eletricitários trabalham para estatais ameaçadas de serem privatizadas. Como eles podem reagir a isto?

ES - As estatais também podem servir a uma política distributiva. Com subsídios, por exemplo. Aprofundar a questão da tarifa social. O gás de cozinha já é subsidiado, mas porque não subsidiar mais ainda

para a população de baixa renda. É neste tipo de alternativas que temos que pensar para nos contrapor ao neo-liberalismo. Criticar o Estado que está aí, apontando para um Estado mais forte, para um Estado que finalmente se volte para a política social. Não se envolver neste jogo deles de privatiza, não privatiza. Não podemos nos esquecer que a população acredita neste jogo e que esquece que quando os neo-liberais dizem que tem que tirar o Estado o que eles na verdade estão dizendo é que tem que abrir espaços para a iniciativa privada aumentar seus lucros. Mas a sociedade está entendendo é que a Previdência não funciona, que existe muita corrupção, etc. E os sindicatos não estão conseguindo mostrar que não é isto e também não estão conseguindo construir um discurso novo.

Você diz que o Brasil precisa de uma política industrial. O que é isto?

ES - É eleger como é que o país vai ser daqui há 15,20 anos. Que setores serão prioritários. Em 1950 o governo, estes mesmos neo-liberais de hoje, escolheram um tipo de Brasil. Era um país que ia se sustentar pela indústria de automóveis e eletrodomésticos. Para isso o Estado construiria uma infra-estrutura de estradas, energia elétrica, etc. Foi este tipo de Brasil o escolhido: bens de consumo de luxo. Tinha-se também que construir um mercado para estes bens e então deveria se concentrar a renda. Escolheram 15, 20 milhões de pessoas que iriam consumir isto aí, um dos maiores mercados do mundo, e pronto. Só que excluíram 80,90 milhões de pessoas. Conseguiram montar isto aí, mas agora o modelo se esgotou. O que está se discutindo agora é como é que vai ser daqui para frente. O que é que vamos escolher para ser desenvolvido: a indústria da informática, bélica.

Isto é o que acontece no mundo inteiro?

política industrial que foi traçada, mas se sair fora não recebe nem pão, nem água.

Várias empresas privatizadas na América Latina foram compradas justamente por estatais européias, japonesas. Inclusive no setor de energia elétrica. Como se explica isto, uma vez que são justamente os países que os neo-liberais citam como exemplo de bens sucedidas desestatizações.

ES - É que a privatização, fora da América Latina, tem um sentido bem diferente. A qui todas estas privatizações, como não são orientadas por uma política industrial, não servem. Só está permitindo alguns absurdos, como, por exemplo, no setor de siderurgia. Está se passando praticamente o monopólio do setor para um grupo privado - o Grupo Gerdau.

Como se acaba com isto?

ES - A única solução é política. Hoje a sociedade está completamente esmagada, com sensação de derrota, fruto das questões políticas, da corrupção, recessão violenta. Tudo isto desmoraliza e a sociedade fica fraca. Isto abre espaços para o poder atuar. O Brasil está perto de uma - pode ser até que o termo seja indevido - mas do destrato social. Ou seja, o contrário do contrato social. Para se viver em sociedade além das regras escritas, faladas, etc, a gente tem regras informais. Um contrato que cada um faz como cidadão. Um contrato de cidadania, de convivência. Este contrato é que impede um de matar o outro. Não é só a lei que impede isto, mas também este contrato. Nós estamos próximos do destrato social. Não existe mais diferença para os setores marginais da nossa sociedade entre matar ou não matar, roubar ou não roubar. O contrato está se desfazendo.



Transparência zero

O Decreto 409, assinado pelo Presidente Collor em 30/12/91, estabelece duas medidas importantes para as empresas, concessionárias de energias elétrica: a criação da conta "receita de transferência" nas faturas cobradas do consumidor e a desqualificação regional das tarifas de energia. Em que consistem essas medidas, quais são as principais polêmicas criadas em torno delas e quais as suas implicações para a solução dos problemas do setor e para a vida do trabalhador eletricitário? Estas são algumas das perguntas que o Seminário da Intersul tentou responder.

Para procurar as respostas, o Seminário da Intersul contou com a participação do painelistas João José Cascaes Dias, empregado da Eletrosul e um dos membros da Comissão que estuda o modelo institucional do setor elétrico no Comando Nacional dos Eletricitários.

Cascaes não tem dúvidas com relação ao caráter centralizador do Decreto. Para ele não se trata apenas de uma alteração da rotina financeira do setor elétrico, mas uma intervenção. "É como se as empresas não tivessem responsáveis para lidar com o seu dinheiro", dispara Cascaes.

BARGANHA - Segundo o disposto no artigo 1º, a partir da data de regulamentação do decreto, todas as empresas distribuidoras de energia ficam obrigadas a discriminar duas parcelas distintas nas faturas a serem cobradas dos seus consumidores. A primeira parcela - a receita própria - vai se destinar a cobrir os custos operacionais da empresa. A segunda parcela - a receita de transferência - será usada principalmente no pagamento da energia comprada de outras empresas. A proporção de cada parcela na conta de luz será definida exclusivamente pelo DNAEE.

Isso para Cascaes significa que "as empresas regio-

nais estão se tornando meros departamentos sem receita própria". O dinheiro que fica nas empresas seria somente o de suas despesas operacionais, mas isso só ocorre na teoria, uma vez que as despesas são bem maiores.

Como a parte que fica nas empresas é diferente para cada estado, fica instituído uma espécie de império da barganha. O estado que pode mais chora menos. E este "poder" pode e deve ser entendido como alinhamento político. É isso que o governo quer: os estados indo até ele para negociar. O que pode ser pedido em troca de um percentual maior da arrecadação nem é bom imaginar... Cascaes alerta, ainda, para o problema da falta de transparência na gestão do dinheiro do setor elétrico. "Não há nenhum controle público sobre esta babilônia de dinheiro".

DESCULPA - Para os eletricitários, o decreto 409 pode vir a significar o bode expiatório que faltava para o Governo e as empresas implementarem a chamada reforma administrativa. O suposto "excesso de pessoal" das concessionárias tem sido apontado com a causa principal de altos custos operacionais e de ineficiência administrativa. A partir da efetiva implantação das medidas, as empresas poderão justificar o corte de funcionários que se fizer necessário.

Mas isso também não significa que as empresas passam a ser "boas" para quem não for demitido nas reformas. Quem ficar vai ficar engordando um bolo sobre o qual as empresas não terão ingerência, permanecendo a instabilidade indefinidamente. O que se pode esperar de empresas sem receita própria?

Cascaes acredita que este decreto é um passo decisivo no sentido da extinção das empresas. "Ele foi baixado inclusive à revelia do Congresso Nacional, que tem um modelo institucional do setor para discutir", argumenta.



Cascaes: é o caminho para o fim das empresas



Exposição de cartazes

O Sinergia está presente na mostra intitulada "A Arte de Reivindicar" promovida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SC e Fundação Catarinense de Cultura. Vários cartazes que fizeram parte de campanhas do Sindicato dos Eletricistas estão na exposição. A abertura da mostra será realizada hoje - quinta-feira - às 18h30min na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (Rua Tenente Silveira, 69). As visitas poderão ser feitas do dia 30 de abril a 18 de maio, no mesmo local, das 8h às 21 horas e nos sábados das 8h às 12 horas.

Desconto da Intersul

Os operadores da subestação de Ilhota, filiados ao Sindicato do Vale do Itajaí, num abaixo-assinado para seu sindicato, procuraram "desfazer uma má interpretação" que houve a respeito do desconto de um dia de serviço no mês de fevereiro para a Intersul. Segundo os operadores, por falta de esclarecimento da parte deles, o desconto não foi feito. Por isto junto com o abaixo-assinado cada um enviou ao sindicato um cheque no valor do desconto acrescentando que "reiteramos as homenagens a este sindicato que sempre zelou pelo enobrecimento da classe, dispensando um tratamento

exemplar, plausível e sem distinção a todos seus filiados".

Cipa Convoca

Estarão abertas até o dia 14 de maio as inscrições dos interessados em se candidatarem a representante dos empregados na Comissão de Prevenção de Acidentes (Cipa), gestão 92/93, na Administração Central da Celesc. As inscrições podem ser feitas na Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. Maiores informações pelo fone 31-69-04 ou 31-69-01.

Reintegração de posse

No dia 22 de abril aconteceu a primeira audiência referente à ação movida pela Eletrosul contra o Sinergia que requeria a "reintegração de posse" do edifício sede da empresa. A ação diz respeito à greve de agosto de 90 e seus piquetes. A diretoria da empresa pedia a liberação, via judicial, da entrada do edifício sede. Ao final da audiência as partes concordaram em que o processo fosse arquivado, fato muito "comemorado" no Sinergia por ser a primeira vez que a atual administração concorda com o sindicato. Mauro Passos, presente à audiência, conta que no entanto ficou com uma dúvida: "onde será que a diretoria ficou este tempo todo?"

Planejamento do Sinergia

Dando continuidade ao Método Altadir de Planejamento Popular - MAPP -, os dirigentes do Sinergia estarão dias 6, 7 e 8 de maio e 13, 14 e 15 de maio reunidos para fazer o planejamento da entidade até o final do mandato.

Sindicato do Vale do Itajaí revisa estatuto

No dia 16 de maio, o Sindicato dos Eletricistas do Vale do Itajaí realiza um seminário para reformular o estatuto da entidade. O encontro acontece na sede do sindicato em Blumenau, à partir das 9 horas e está aberto a todos filiados.

CONFUSÃO



Sinergia esclarece Amin sobre as irregularidades

No dia 29 de abril o presidente do Sinergia, Mauro Passos, em fax enviado a Brasília, esclareceu ao senador Esperidião Amin que as denúncias sobre a Eletrosul, feitas pelo senador Eduardo Suplicy, foram baseadas num documento do Departamento de Aquisição da Eletrosul.

Em matéria publicada pelo Diário Catarinense, o senador Amin tentou isentar a direção da empresa afirmando que "o instrumento de zelo de uma auditoria foi usado como suposta denúncia". A matéria dizia que a denúncia havia sido baseada numa auditoria realizada por determinação do presidente da estatal, Amílcar Gazaniga.

Na verdade as investigações do senador Suplicy foram feitas a partir de um documento do Departamento de Aquisição e

não de uma auditoria. Por isto o Sinergia achou necessário o esclarecimento, uma vez que o parlamentar catarinense deve ter sido mal informado pela direção da empresa.

É justamente por causa do comportamento da direção da Eletrosul neste episódio - evasivo e não transparente - frente às denúncias formuladas pelo senador Suplicy, que o Sindicato dos Eletricistas entende que é necessário que esta diretoria responda concretamente sobre o que foi denunciado:

1 - Quem mandou a Eletrosul liberar recursos para a Elos comprar ações de uma empresa em dificuldades como a Sade?

2 - Porque os contratos 52-502 (Jorge Lacerda IV) e 61-502 (Jacuí I) foram assinados sem licitação?

3 - Existe ou não superfaturamento na compra de equipamentos destas duas usinas?

O Sinergia avisa: este caso só acaba quando tudo for devidamente esclarecido.

Governo quer ampliar sua base

O que é este social-liberalismo que o presidente Collor propõe?

Raul Pont - Até agora não está bem claro. O certo é que ele abandonou o discurso puramente neo-liberal que vinha isolando o governo. Acontece que não existe base real para que o neo-liberalismo se instale no Brasil. O país é dominado pelos oligopólios, monopólios. A economia de mercado, a iniciativa privada não tem a mínima chance. Ora, para parcelas significativas da população este discurso é vazio. Então o governo começou a levantar teses diferentes e a tomar medidas nesta direção. Um exemplo é o projeto dos Ciacs. A dotação orçamentária para 92 é grande - Cr\$ 2 trilhões ou um bilhão de dólares. Não estou dizendo que o projeto é bom, mas sinaliza outro tipo de postura. Af está a coerência ao se trazer pessoas como Hélio Jaguaribe, cujo livro, Brasil Ano 2000, aponta para medidas deste tipo: jogar recursos num tipo de atendimento básico à população - que passa menos por uma atitude de educação e mais por atitudes compensatórias. Se substitui o arrocho salarial, a péssima condição de vida, a miséria, o desemprego por uma escola que, compensatoriamente, dá a comida, roupa lavada, assistência médica.

Que intervenção seria possível no quadro político nacional do movimento popular, aí incluídos os sindicatos?

RP - Podem estar mais presentes nos vários níveis de administração (municipal, estadual, União). Eles devem participar dos momentos de discussão, por exemplo, do orçamento público. Os sindicatos podem orientar suas categoria enquanto cidadãos, sem o problema partidário que pode dividir ou trazer problemas para a ação sindical. O sindicalizado, enquanto cidadão, tem interesses concretos que dizem respeito às verbas que vão para a educação, moradia, saúde. O sindicato deve favorecer a ele estes mecanismos, orientá-lo em como se dá a elaboração do orçamento a nível de município, qual o papel da Câmara, como se pode agir nestes momentos.

Existem exemplos disto?

RP - Sim. No Rio Grande do Sul conseguimos, por exemplo, na elaboração da Constituição Estadual, o direito de que duas entidades de base estadual (sindicatos, associações, OAB, união de estudantes, enfim entidades reconhecidas) possam apresentar emendas ao orçamento público. Se o governador destina digamos Cr\$ 5 bilhões para publicidade do seu gabinete, a sociedade, o povo, qualquer deputado pode, já que o gasto é supérfluo, desnecessário, tirar uma parcela deste dinheiro e passá-lo para outra área do Executivo, como a educação. A cada ano a participação das entidades neste processo têm sido melhor. E, na hora da votação, na hora do debate, se estas medidas não forem aprovadas ao menos há um processo de politização da categoria, vendo como é que votam os partidos, os deputados e vereadores, qual é o compromisso que eles tem com aquilo que dizem.

Esta experiência pode acontecer com outro tipo de discussão também?

RP - Claro. Como a lei de orçamento, existem uma série de outras medidas que são votadas como lei ordinária, que a ação sindical deve intervir. Assim como lutamos pelo dissídio do nosso salário, vamos lutar pelo dissídio maior que é o dinheiro público, dinheiro nosso já que é fruto dos impostos. Nós tivemos experiência, no Rio Grande, com verbas destinadas ao clientelismo. Elas existem em quase todos Estados. São verbas que o deputados votam para si mesmos e depois distribuem em forma de bolsas de estudo, ou de ajuda para entidades registradas nas

O deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul, Raul Pont, esteve em Florianópolis, dia 23 de abril à convite da Intersul. Ele falou no seminário da entidade sobre as implicações e consequências da reforma ministerial. Segundo o deputado existem três justificativas para a reforma. A primeira seria o processo de desgaste que o governo vinha sofrendo com o acúmulo de denúncias de corrupção, tráfico de influências cujos acusados se aproximavam cada vez mais do Planalto. Em segundo lugar o presidente Collor, segundo Pont, vinha apontando algum tempo na direção de substituir a postura neo-liberal por um liberalismo social. A terceira explicação é a necessidade de incorporar novos partidos de uma forma mais comprometida com o governo.



secretarias de Ação Social. Outra verba que conseguimos acabar, na nossa última legislatura lá, principalmente pela ação do PT, foi a da famosa "caixinha" de aposentadoria dos deputados. É uma verba enorme que pode ser utilizada em benefício de um maior número de pessoas, na construção de postos de saúde, salas de aula, etc.

Um dos problemas que os sindicatos de empregados de empresas estatais estão enfrentando é a privatização. Quais as possibilidades de se reverter este quadro numa ação conjunta dos partidos populares no Congresso e sindicatos?

RP - A possibilidade existe e é necessária e, no momento talvez, o único caminho que resta. A ofensiva privatista do governo Collor vem tendo vitórias, em parte por que a sociedade está anestesiada pela crise. Nestes momentos as pessoas acabam procurando saídas mais individuais. Mas não vejo outra saída a não ser a unidade. Os partidos que hoje estão na defesa destas empresas públicas e o movimento sindical devem sacudir a opinião pública, mostrar o que isto significa de dinheiro estatal, público e que está sendo apropriado de maneira privada. Não bastou o que já foi repassado em favor do setor privado em forma de subsídios? Precisamos mostrar à população que agora o governo quer, num momento de recessão,

de crise, de mudança de linha, de orientação, entregar estas empresas por dinheiro podre.

Quais as iniciativas dos partidos nesta direção?

RP - Existem projetos tramitando na Câmara, uma campanha para impedir que passe o Emendão - que aponta a privatização daqueles setores que a Constituição resguarda, como é o caso da telefonia, da energia elétrica, da Petrobrás. Mesmo as empresas que já estão na listas entendemos que cabe a defesa, a luta através de projetos, de mandados de segurança, de ações populares. Precisamos mostrar que as estatais tem um papel a cumprir. Qualquer projeto de desenvolvimento econômico, que é justamente o que este governo não quer, precisa destas empresas. Elas são decisivas para alavancar a retomada do crescimento. Quanto maior o número de empresas chaves estiverem nas mãos do Estado, mais rapidamente vamos poder alavancar com novos investimentos, dinamizando os setores, desenvolvendo novas tecnologias e puxando outros setores. Todos momentos de

grande crescimento econômico no Brasil estiveram ligados ao verdadeiro empuxo feito pelos investimentos estatais.

Para onde está caminhando o quadro político nacional?

RP - O governo quer levar ao máximo esta política recessiva. Acha que ela será suficiente para combater a inflação. Estamos convencidos que esta medida não vai resolver o problema da inflação. No Brasil a especulação financeira, o custo que o próprio Estado tem com a dívida pública interna e externa, tornam impossível se combater a inflação com arrocho salarial, recessão. Vão levar o doente à morte. O nosso papel hoje - movimento sindical, meu partido e dos partidos de esquerda - é resistir a isto. É saber que no momento a situação é muito adversa, difícil, mas que não resta outro caminho. Temos que resistir e através de conquistas parciais melhorar o salário mínimo, retomar conquistas de melhores salários, derrotar esta política de recessão e impedir que ela se dê pelo aviltamento dos salários. Os sindicatos tem o papel - paralelamente à defesa de condições de vida e salários - de se engajar numa campanha de esclarecimento popular. Hoje o que mais nos distancia de um regime democrático é a ausência de acesso aos meios de comunicação de massas. Não se pode dizer que o Brasil é democrático porque aqui se elege a cada quatro anos vereadores, prefeitos, deputados e de vez em quando um presidente. Isto é uma farsa. Enquanto não houver democratização do acesso aos meios de comunicação não vamos ter condições de chegar a setores mínimos da população.

Assim, como ficam as eleições municipais que estão chegando?

RP - Elas têm importância por que se tivermos competência para isto, nós, todo este campo democrático popular composto pelos partidos de esquerda, vamos nos apresentar unificados, com propostas capazes e conseguiremos ampliar as representações proporcionais, vamos ganhar um número maior de prefeituras. Nestas prefeituras vamos ter uma ação exemplar, como vem sendo feito em Porto Alegre, São Paulo e outras capitais e cidades grandes que o partido vem administrando, visando fazer fóruns de defesa do emprego, contra a recessão, dando exemplo de como é possível manter obras, investimentos, fazendo justiça social com os impostos, usando o IPTU ou o ISSQN como impostos diretos que são para se ter um mínimo de justiça tributária nos municípios e mostrando que isto é possível de ser feito nos Estados, no país desde que os governos tenham vontade.

Collor aposta no arrocho

O governo Collor enviou na última semana ao Congresso Nacional projeto de lei propondo uma nova política salarial para os trabalhadores em um salário mínimo de Cr\$ 230 mil a partir de 1º de maio. O projeto que deverá ser votado até o final do mês, será o motivo para o primeiro confronto entre os parlamentares do novo bloco governista e a oposição, armada com os cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, que defendem Cr\$ 749.798,00 como "mínimo necessário" à vida de um trabalhador e sua família.

O projeto de lei foi definido em reunião entre o presidente Fernando Collor e o ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira. Caberá ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, articular os deputados e senadores para a hora de "dar" - depois de "receberem" a divisão de cargos na última reforma ministerial.

A nova política salarial proposta pelo governo utilizará dois novos índices de reajuste - o IRSM e o FAS. O Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRMS) será calculado pelo IBGE e refletirá a variação mensal do custo de vida para as famílias com renda até dois salários mínimos. A metodologia desse índice será definida pelo Ministério da Economia.

O Fator de Atualização Salarial (FAS), será calculado a partir do IRSM e será a referência para os reajustes trimestrais dos salários.

Os trabalhadores que recebem até três salários mínimos, pela proposta do governo, terão reajustes de

quatro em quatro meses. Os meses dependerão da data-base. Os trabalhadores com salários até três mínimos receberiam antecipações determinadas pelo Ministério da Economia, pela média geométrica do IRSM do bimestre. O projeto de lei é omissivo em relação aos trabalhadores com salários superiores a três mínimos.

O salário mínimo de Cr\$ 230 mil teria reajuste quadrimestral a partir de maio pela aplicação do FAS. Além disso, o projeto traz uma armadilha: "caso a variação mensal do IRSM seja inferior a 10% durante dois meses consecutivos, fica o Poder Executivo autorizado a instituir a semestralidade dos reajustes salariais", diz o artigo 10 do projeto.

DUREZA - São números e índices demais para salário de menos. O governo apenas reajustou o mínimo de Cr\$ 96.037,33 de janeiro pelos 139,58% da inflação acumulada nos últimos quatro meses pelo INPC. Para o Diesse, Cr\$ 230 mil em maio não são suficientes nem para cobrir o custo da cesta básica de 13 produtos para uma pessoa - cujo valor estimado é de Cr\$ 240 mil.

No Congresso, o projeto do governo se confronta com pelo menos outros dois projetos: o do deputado Paulo Paim (PT/RS) que estabelece um mínimo de Cr\$ 530 mil e reajustes salariais mensais pela inflação do mês anterior, e o das entidades sindicais (CUT, CGT e Contag), que propõe uma política gradual de reajuste do mínimo até que ele atinja 500 dólares em maio de 1995, a partir de Cr\$ 230 mil em maio deste

ano (veja matéria nesta página).

A negociação com o Congresso pode ser menos fácil do que o governo imagina. Dentro do próprio ministério, alguns nomes - como o do novo ministro do Trabalho, João Mellão - defendem a regionalização do salário mínimo. Na Câmara, o deputado governista José Luís Maia (PDS/PI) está propondo uma mudança na Constituição, transferindo às Assembleias Legislativas de cada estado a responsabilidade pela definição do valor do mínimo.

OPINIÃO

Porque o mínimo interessa a todos

José Álvaro Cardoso
Técnico do Dieese

Os dois aspectos mais relevantes do projeto do governo para o salário mínimo são os valores propostos e a forma de reajuste do mesmo. O valor do mínimo - que o governo diz que é "inegociável" - é a cara do governo Collor. Os Cr\$ 230 mil de maio, quando forem recebidos em 5 de junho, estarão valendo míseros 80 dólares, o que talvez não compre uma cesta-básica com 13 alimentos para uma pessoa em qualquer capital do Brasil. Isto garante ao país o título de menor salário mínimo da América do Sul em um dos menores do mundo. O Paraguai paga um mínimo de 185 dólares e a Argentina 98; países que têm uma renda per capita (produção de riqueza dividida pelo número de habitantes) inferior a do Brasil (a do Paraguai é a metade da do Brasil).

A fórmula de reajuste prevista, com base no FAS (Fator de Atualização Salarial) e quadrimestral é também bastante sacana. O FAS, calculado com base em outro índice, o IRSM, atua como um redutor que fará com que o reajuste seja menor quando a inflação estiver baixando e maior quando ele estiver subindo. Feitas as contas, Walter Barelli cantou a pedra: "Se a inflação for ascendente, o governo vai simplesmente mudar a lei em vez de conceder aumentos reais" (FSP 22/04/92). Aprovados o valor de Cr\$ 230 mil e o reajuste quadrimestral o mínimo chegaria em setembro, mês do primeiro reajuste, valendo apenas 47% do salário de maio. E isto partindo da hipótese otimista de que a inflação vai baixar gradativamente, para a qual não há nenhuma garantia.

Atenção: o salário mínimo interessa a todos os trabalhadores e não apenas aqueles que ganham apenas o mínimo. Dentre outras inúmeras razões que este espaço não nos permite descrever, porque a atual política salarial só reajusta os salários até a faixa de três mínimos. Portanto, quanto maior for o salário mínimo, maior reajuste salarial para todos os salários.

O chororó chantageiro das prefeituras do nordeste, de micro e pequenas empresas e da classe média que tem empregada doméstica, quanto a um valor maior para o mínimo, ultrapassa o ridículo. Mas não é só isso: ele impede uma discussão mais ampla sobre a política econômica criminosa do governo Collor, que empobrece cada vez mais a população e aplica rigorosamente a cartilha do FMI no país. Pra quem acha que isso é chavão ultrapassado vai um dado: só o dinheiro que o Brasil vai enviar aos credores este ano dá para pagar cem milhões de salários mínimos já reajustados pela proposta do governo.



Centrais querem mínimo de US\$ 500

As três centrais sindicais - CUT, CGT e FS -, a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), o Dieese e o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) estão juntos em busca de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que pretende elevar o valor do salário mínimo para cerca de 500 dólares até maio de 1995.

O projeto foi acertado no último dia 30 de março e propõe a seguinte escala de reajustes até maio de 95:

- atualização do mínimo de janeiro de 1992 em maio deste ano pela variação acumulada do IRSM-IBGE de janeiro a abril, mais um aumento real em cruzeiros correspondente a 30% da variação da cesta básica alimentar nos meses de janeiro a abril, também corrigida pelo IRSM-IBGE. Em janeiro, esta cesta era de Cr\$ 172.176,00.

- Atualização do mínimo pelo IRSM-IBGE assim que esse índice acumulado alcançar percentual igual ou superior a 20%, ou de três em três meses, caso o IRSM-IBGE acumulado não chegue a 20%.

- Sempre que ocorrerem estes reajustes, o mínimo receberá aumentos reais em cruzeiros, correspondentes a 30% da variação da cesta básica alimentar nos

mesmos meses de referência dos reajustes.

- A partir de 1º de maio de 1995, a cada bimestre o aumento real do mínimo será de 100% da variação em cruzeiros da cesta básica alimentar, até que o mínimo alcance a meta estipulada pelas centrais, correspondente a 5,4 salários mínimos de janeiro de 1992, isto é, Cr\$ 1.203.155,67, em valores atualizados para maio de 1992.

A proposta de projeto das centrais prevê ainda a criação de uma comissão formada paritariamente por representantes do Legislativo, Executivo, entidades sindicais e empresariais, sob coordenação da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, para avaliar o crescimento real do salário mínimo e propor ao Congresso alterações eventualmente necessárias para garantir que o mínimo chegue a valores correspondentes a 500 dólares.

O projeto "pode significar uma expressiva contribuição para o ingresso numa fase virtuosa de crescimento econômico com distribuição de renda", afirma a justificativa apresentada pelas centrais. As entidades sindicais esperam coletar um milhão de assinaturas no mais breve espaço de tempo.